

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

Concurso público para provimento de cargos vagos de Advogado da União de 2.^a Categoria

DIREITO CONSTITUCIONAL

PROVA ORAL – QUESTÃO 2

Foi ajuizada ação sob o rito ordinário, com pedido de liminar, para impedir a divulgação, pela União, dos vencimentos dos servidores públicos federais, de forma individualizada, em sítio eletrônico oficial na Internet. Sustentou-se a violação do direito fundamental à intimidade e à vida privada. O juízo da vara federal competente deferiu a medida liminar requerida.

Com base nessa situação hipotética, apresente argumentação de mérito em favor da União, abordando o embate entre o direito fundamental de acesso à informação e o direito fundamental à inviolabilidade da intimidade e da vida privada, em face do recente posicionamento do Supremo Tribunal Federal.
